

As polonetas e a Coisa

Por incrível que pareça, a Comissão Especial do Senado que investigou o escândalo das *polonetas* deu como bom o relatório do sr. Virgílio Távora, entendendo que não houve "atos atentatórios aos interesses nacionais" nos negócios mantidos com o governo polonês, apesar de "eventuais erros e tropeços" cometidos em sua execução. Essa estranha dedução não chegou a convencer o senador João Calmon, que negou seu voto à aprovação do relatório em questão. Registre-se que foi o representante capixaba o único opositorista presente à reunião da comissão. As conclusões indicadas mostram fielmente como se faz tudo no Brasil, nestes dias: não se respeitam princípios, não se respeita quem quer que seja; ninguém é culpado, do que for; e ninguém é responsável. Assim, os "eventuais erros e tropeços" registrados nas relações bilaterais do comércio entre Brasil e Polônia não impõem prejuízo maior ao credor que se encontra de posse de títulos incobráveis, os quais perfazem a importância nada insignificante de dois bilhões de dólares — sem contar o juro que deixa de ser pago sobre esse total. É d'escachar!

Não se contabilizou o prejuízo apenas porque a Polônia ainda não declarou que não pagará a dívida. Quem se recorda, porém, de como foram realizadas as transações de que resultou aquele débito bilionário sabe que tal declaração é desnecessária. O crédito brasileiro é desnecessário. O favor do governo polonês: as promissórias vendidas, como foi pactuado, só serão cobráveis quando houver saldo na conta resultante das trocas realizadas entre este país e a Polónia. Basta que esta mantenha tal conta *no vermelho*, como vem fazendo há tanto tempo, para que os títulos permaneçam arquivados — ou congelados. Não há exemplo de tamanha irresponsabilidade na defesa dos interesses nacionais, visto que o Brasil, credor, foi acorrentado à discrição da Polónia, devedora. Logo, afirmar que não houve "atos atentatórios" a esses mesmos interesses nacionais é pura e simplesmente fazer jogo de palavras e ilaquear a boa fé do público, cuja memória é curta, e, decorridos praticamente 18 meses desde que este jornal denunciou o escândalo das *polonetas*, não deve estar lembrado dos *perigos* e das circunstâncias que o caracterizaram.

A verdade é uma só: o interesse nacional que prevaleceu foi o polonês,

porque enquanto o Brasil exportava mais e mais para a Polónia, cujo déficit comercial crescia sem cessar, enchia-se o Erário de notas promissórias cujo resgate se inverteria apenas quando a relação se invertere e a Polónia acumulasse na conta relativa às trocas efetuadas saldos dos quais se pudesse deduzir o valor dos títulos de crédito. É evidente que jamais interessaria ao devedor realizar saldo algum!

E agora? Como agir para compêlo o devedor a pagar? Não há meios. Encontra-se resguardado o interesse nacional? O leitor de boa fé não hesitará em dar à pergunta resposta negativa. Tenha-se em conta ainda que se há ano e meio, quando as *polonetas* (emitidas desde 1979) vieram à tona, o Brasil pretendesse encargá-las, entregando a terceiro o encargo de cobrá-las, teria de arcar, para a transferência das promissórias, com deságio colossal. Então, no montante desse deságio se estampariam os números do prejuízo que lhe foi imposto.

Mais. Se não se contraria o interesse nacional com esse tipo de comércio, por que não estendê-lo às relações bilaterais com outros parceiros? O episódio das *polonetas* é único: por mais que se busque escondê-lo, disfarçá-lo, maquiá-lo, ele cheira mal. É impossível crer que surgisse outro, igual. Seria pedir demais ao senador Virgílio Távora que, funcionando como relator de nova comissão formada para apurar negócio idêntico, repetisse a façanha de referendá-lo. O esforço pendido pelo parlamento cearense foi ingente, constatando-se que consistiu ainda em absolver de culpa pelo imbróglio a Comexport e o sr. José Flávio Pécora. Cumpre não esquecer que a Comexport foi a *trading* sob cuja orientação o governo brasileiro desenvolveu os negócios e as negociações de que decorreu o problema das *polonetas*. Em depoimento que prestou ao Senado, em agosto de 1983, o embaixador J. O. de Meira Penna, que chefiou a representação diplomática do Brasil em Varsóvia, fez saber que, em tempo, advertiu o Itamaraty, em junho de 1981, para o aspecto do favorecimento à Comexport nas negociações em curso entre Brasil e Polónia. Que interessava ao exportador se a Polónia não efetuava os pagamentos pelas importações que fazia? Ele recebia, aqui, os cruzeiros pela venda das utilizadas... O resto era problema do Brasil: ele que tratasse de fazer o devedor pagar!

Nossa

Ora, quem fala em Comexport fala em Pécora e Leal. José Flávio Pécora, secretário-geral da Seplan, e Alvaro Armando Leal, entre 1974 e 1978, participaram da direção da Comexport. Em 1979 Pécora saiu para a Secretaria do Planejamento, Leal deixou a Comexport, mas adquiriu uma parcela de 18,6% do capital da empresa; e na consultora Expande, ex-Pécora & Leal, deu emprego a dois filhos de Pécora. A situação parece bastante clara: o prestígio de Pécora e a desenvoltura de Leal, a atuação da Comexport, que só ganhou, jamais perdeu um centavo nos negócios Brasil-Polônia, as polonetas, o prejuízo da dívida incabível. Quando há prejuízo de vulto, existe lucro que se relaciona com as perdas vultosas. Era para saber quem ganhou o quê, como e por que estava funcionando a Comissão Especial do Senado. É lamentável tenha ela ignorado esse dever maior e tentado passar a borracha no escândalo, arquivando-o. Como disse o diretor responsável de *O Estado de S. Paulo* em documento enviado à comissão, se não houve ilegalidade a marcar as polonetas, houve imoralidade gritante a manchá-las. Por que tanto receio em identificar, um a um, os autores dessa imoralidade?

Tudo isso configura um quadro desolador de deterioração da autoridade, que decal da majestade que lhe incumbe preservar e se preocupa apenas em camuflar sua responsabilidade pelos desastrosos que comete. Existe neste país hoje uma autêntica *Coisa Nossa* que se permite tudo, de acordo com padrões morais que ela mesma cria e superior a todos, ignora com descaço soberano qualquer iniciativa para chamá-la à ordem e enquadrá-la nas normas da moral comum. Resta saber se no governo Tancredo Neves essa *Coisa Nossa* será desbaratada ou se continuará a agir, ovante, acima da lei. Na Itália, para que a Máfia fosse combatida eficazmente, foi necessário que um capo se arrependesse e revelasse os meandros da organização, por onde transitavam figuras eminentes, até um magistrado presidente de tribunal. Aqui, outro Brasil mudou no soçobra. O clima de dissolução que gerou as polonetas não pode continuar sem que a *Coisa Nossa* perda sua identidade e, com ela, sua unidade. Não somos pessimistas. Não acontecerá o pior. A *Coisa Nossa* não triunfará à custa de estabelecer o império da imoralidade.

O presidente terá a sucessão que queria

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

Há quem se disponha a decifrar a esfinje, principalmente sabendo que não poderá mais ser devorado por ela. Gradativamente, começam a ser montadas as peças do quebra-cabeça e surge a explicação para o enigma: Figueiredo, mesmo sem ter tido plano algum, muito menos maquiavélico, não apenas conseguiu o que queria. Não acabou ser o último dos generais-presidentes, mas, dentro dessa condição, ser o governante que, encerrando o ciclo revolucônario, transferiu os controles do Estado para as oposições.

Essa imagem, já caracterizada e prestes a ser consagrada com a eleição de Tancredo Neves, marcará a passagem de Figueiredo pelo poder. Ele estará inscrito na galeria dos presidentes como aquele que promoveu a anistia, estabeleceu a abertura política, viu-se derrotado em eleições gerais por ele mesmo garantidas e, ao final, mesmo sem ter promovido a volta ao pleito direto, assistiu à escolha de seus adversários.

É claro que outros matizes também comporão o quadro, como o Riocentro, os casuísticos eleitorais, a irascibilidade, o desentencio, a corrupção, a incompetência, a crise econômica, a inflação, o desemprego e a perda da batalha da opinião pública. Talvez, até, este prato da balança pese mais do que aquele, mas, como dizia mestre José Maria Alkmin, as versões valem acima dos fatos, e a sua versão final, por mais singular que pareça, será a de um governante que consolidou a democratização do País.

Méritos e defeitos são evidentes, na prentesa de Figueiredo na chefia do Executivo, mas que ele sat feliz não haverá quem duvidar. Mais feliz, até, do que, se por hipótese absurda, Paulo Maluf viesse a vencer Tancredo Neves. Porque, ainda que à sua maneira, o presidente parece ter tido a visão do futuro. Parece que não dava mais, que a Nação, exaurida e devastada, clamava por mudanças. E não repetiu os antecessores, que violentaram a corrente, erigindo videntes de radicalismo, incompreensão e prepotência em seu caminho. Figueiredo deixou o caudal fluir, até levando seu governo de roldão, mas, no final, sobreviveu. Emerge, sem se abafar, apesar dos litros d'água que bebeu.

O presidente João Figueiredo jamais quis ser sucedido por Paulo Maluf. Nem por nenhum outro candidato do PDS ou do sistema. Aqui, o enigma se desfaz. Pelo tempo, de-

pois da morte de Petrônio Portella, deve ter começado a pensar. E, pensando, ao tempo em que deixava as coisas acontecerem, refletiu da hipótese de medir um militar, fosse Octávio Meeiros, fosse Walter Feres. Depois, chegou a demonstrar inclinação por Aureliano Chaves, mas uma intriga daqueles rasteiras e baratas o envolvia, detandando ao mar aquela que seria a candidatura natural de união e conciliação. Poderia, em seguida, ter dado respaldo a Mário Andreazza, seu amigo fraterno mas jamais seu candidato. Negou-se a mover um dedo, ao menos, no rumo do ministro do Interior. Naqueles dias, revela-se agora, terá sido o inspirador de previsão até há pouco atribuída ao ministro Leito de Abreu: "Se Maluf vencer a convenção, nós o derrotamos no colégio". "Nós", no caso, eram a Nação mais ele.

Todos sabiam disso, respiravam isso, sorriam por isso, mas, aparentemente, o Palácio do Planalto ignorava. Sente-se agora que não. Também na sede do poder maior os termômetros detectavam a baixa temperatura que cercava o deputado paulista. Daí a conclusão: Figueiredo deixou que as coisas acontecessem para dar onde estão dando, ou melhor, onde já deram. Ou seja, na candidatura de Tancredo Neves, uma candidatura que não exprime mudanças radicais, mas exprime mudanças.

Atribuí-se ao presidente comentar que se enquadrava como luva na definição da candidatura Paulo Maluf, ou do candidato: "Ele é o galo". No caso, o galo que, todo esfuziante e arrogante, pensou que o sol nascia, todos os dias, para que ele pudesse cantar. Não era nada disso, mas, na medida em que atuou, se é que atuou mesmo, o último dos generais de um ciclo de 20 anos estará sorrindo, agora, próximo de voltar para casa. O sol, isto é, a Nação, tinha preocupações e origens muito distantes do galinheiro, ainda que seus raios chegassem lá.

Se um dia temeu o revanchismo, se chegou a comentar com um amigo não ter ao menos certeza de chegar à fronteira do Uruguai depois de passar a faixa presidencial a um oposicionista, Figueiredo não teme más. Depois da certeza de terminar tendo escrito certo, mesmo por linhas tortas. Ou alguém se animará a comparar esse final de governo, e essa sucessão, com episódios semelhantes ocorridos com Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel?

C.C.

Cortar pela metade

Disseram ao ministro Delfim Netto, pelo telefone internacional, do sucesso do trabalho do PDS em malufismo: "No final, só restaram uns 60 pedesistas dispostos a votar em Paulo Maluf". Resposta do hoje maior adversário do malufismo em todo o território nacional: "Sessenta? Não senhor. Vamos cortar isso

Fora do trilho

do governo do presidente da Fepasa, Cyrô Laurenza Filho, está saindo dos trilhos — dentro do cargo nos próximos dias. Esta semana, aumentaram os comentários de que Laurenza seria afastado por

ta de intenção é o propósito de reduzir os controles de preços, ao mesmo tempo que se estabelece que os preços do petróleo e do setor público acompanharão a inflação e a correção cambial. Resta ver, entre outros pontos, a política a ser fixada para o álcool, já que no corrente ano este produto obteve reajustes reais de preço.

Com relação ao trigo, já se sabia previamente desde o primeiro semestre que o governo não encontraria condições para eliminar o subsídio este ano. Isso foi confirmado a partir da estagnação mais uma vez repetida da produção agrícola (particularmente a dos grãos que podem substituir o trigo, como milho e arroz) e do crescimento das importações de trigo para atender ao consumo doméstico, dado que a própria safra nacional se mostrou mais uma vez decepcionante. Cabe verificar se as condições que faltaram neste ano estarão presentes no próximo. Pelo que se pode constatar, a resposta é negativa. Isso prova que a extensão do subsídio será mais do que nunca uma demonstração de força política.

A sétima carta de intenção nada traz relacionado ao café. Já existe o projeto de transformação do confisco cambial em imposto de exportação. Nesse sentido, a ausência de tal tópico deixa entrever que a mudança efetivamente ocorrerá a partir de janeiro, embora não se saiba ainda em que bases.

Em suma, o aspecto mais positivo da nova carta é o fato de que foi concluída, abrindo finalmente caminho para uma renegociação definida da dívida externa. O sinal de que necessitam os banqueiros estrangeiros está dado; cabe-lhes agora cumprir sua parte. O ministro Delfim Netto tem-se mostrado otimista nos contatos realizados em Londres, embora não despreze o fato de que as metas da nova carta dependerão muito mais do próximo governo do que do atual. Talvez a partir de março os meios para a consecução dos objetivos propostos mudem significativamente, mas a nova administração sabe que precisará trabalhar com cautela para não jogar por terra os resultados obtidos até agora.

sadelo continental

ções maciças, julga aparentemente que o estado de sítio só pode ser contornado por este tipo de "terror seletivo", destinado a desestabilizar o regime. Acresce que a Bolsa de Valores está localizada a duas quadras do Palácio de La Moneda, sede do governo, em cujas proximidades explodiu, também, há algumas semanas, um carro-bomba.

Não há a menor dúvida de que Pinochet corre perigo de vida, mas o generalíssimo, que exalta as virtudes militares, é um homem que não recua e, com sua intransigência, provoca o destino. "Os extremistas estão agindo de forma cada vez mais titubosa", comentou o ministro secretário-geral do governo, Francisco Cuadros, acrescentando: "Eles estão passando para uma nova etapa. Muitos deles voltaram clandestinamente ao Chile depois de receberem treinamento militar no Exterior". O ministro não descartou a possibilidade de adoção de "novas medidas" de força para "garantir a ordem pública e a segurança das pessoas". É a escalada do terror e do antiterror, que, não interrompida, poderá levar o país a uma verdadeira guerra civil. Isto tanto mais quanto, após alguns anos de recuperação econômica — ocasião em que a inflação de 500% dos tem-

pos Allende foi reduzida a 20% —, a economia deteriorou-se novamente com a queda do crescimento, com o desemprego de um terço da população e com a desvalorização do peso, praga que atinge todas as camadas sociais, menos as classes alta e média alta.

O regime incompatibilizou-se com a Igreja, a imprensa, a juventude universitária, os intelectuais e os operários. E a oposição procura contornar o estado de sítio com a prática de boicotes em massa, capazes de produzir, a curto ou médio prazo, os efeitos psicológicos esperados no seio das próprias Forças Armadas. Boicotes esses dirigidos contra jornais oficiais e diversos produtos nacionais, para forçar o empresariado a pressionar o governo, levando-o a liberalizar o regime. Os militares; por sua vez, até agora coesos, não são partidários da manutenção prolongada do estado de sítio, tão onerosa quanto moralmente desgastante. Afinal, por natureza da sua profissão, não apreciam o papel de *gendarmes*. Se Pinochet for autenticamente ocidentalista, seguirá o conselho de democratização, dado pelos Estados Unidos, que, para reforçar sua política, necessitam do apoio moral de uma América Latina democratizada.

Entrou no PT?

Ao regressar ao Brasil, depois de viajar um mês pelo Oriente, o deputado Marcelino Romano Machado, malufista ortodoxo, confessou-se estupefato: "Ao sair daqui — relatou —, a disputa sucessória parecia equilibrada. Ao voltar, li no jornal o Alirado Pinheiro defendendo as eleições diretas. Não entendi mais nada e até imaginei que ele tivesse entrado para o PT..."

Resposta veemente

O ministro Jarbas Passarinho não perdeu a paciência nem a serenidade ao ser chamado de difamador, por Calim Eid. Mas não deixou de vibrar tacape e borduna na careca do desarvorado empresário malufista:

"Este senhor perde-se na irresponsabilidade de sua acusação. Nunca difamete ninguém, apesar de já ter sido difamado. A afirmativa dele, sim, é injuriosa e infamante. Faz parte de um processo que só prejudica o candidato do PDS. Primeiro, agras, o assim junto aos governadores, e o resultado foi o que se viu: só há um, de todos, apoiando Paulo Maluf. Agora, atacam os ministros e não sou apenas eu a sofrer a injustiça. Falam o mesmo de Leiza de Abreu, de Mário Andreazza, de Murilo Badaró e outros. Onde querem chegar? São uns amadores, que não se acanham em passar seguidos atestados de inconstância política. O resultado está aí mesmo: perderam a eleição, prejudicaram o candidato e não se acanham..."

em sua área. Segundo as últimas previsões, a demissão ocorrerá no máximo até 15 de janeiro.

"Posso ir para casa"

Para Jarbas Passarinho, um dos ministros mais empenhados na tentativa de recompor o PDS, todos os esforços devem ser desenvolvidos, paciência. Mas, se não der certo, não tem, como disse, vocação para apóstata. Assim, não se anima a ingressar na Frente Liberal ou no partido que nascerá dela, porque não se sente bem fermando ao lado de pessoas que renegam o movimento de 64: "De repente, começam a dizer que tudo o que se passou nesses 20 anos foi lixo. Esquecem-se da modernização do País, promovida pela Revolução, apesar de erros e excessos".

Por decreto

Um mês depois de o governador Franco Montoro ter anunciado a reformulação das três universidades estaduais e a criação de uma Coordenadoria de Ensino Superior — projeto que ele dizia submeter ao debate da opinião pública —, uma surpresa para quem estivesse disposto a sair por decreto, que já estaria pronto, a essa altura, nas mãos de André Montoro Filho, dependente apenas da assinatura do pai. O governador anunciou o projeto no dia 12 de novembro, falando para mais de 200 professores, especialistas e autoridades na abertura do "Seminário sobre a Universidade", promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo com o apoio do governo do Estado.

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor Responsável

JÚLIO DE MESQUITA NETO

Publicação da

S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Coetano Álvares, 55 CEP 02550

São Paulo, São Paulo Postal 8005

CEP 01051-SP Tel. 266-7099 (PABX) 1246

E. Telegráfico: ESTADO Telex: 011-23511



Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita

Julio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácita Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

JULIO MESQUITA (1891-1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)

FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Américo de Campos (1875-1884)

Francisco Rangel Pestana (1875-1890)

Neitor Rangel Pestana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)

SUCURSAIS

ABC Rua Gen. Glicério, 717 Santo André (SP) CEP 09000 Tel.: (DDD 011) 440-1404 449-0988

Telex: 011-4069 BELO HORIZONTE Av. Bias Fortes, 750 CEP 30000 Tel.: (DDD 031) 222-

4246 224-0488 226-2486 Telex: 031-1172 BRASIL SCS Edifício JK 1º and. s/15 e 18 CEP-

70306 Tel. (DDD 061) 226-0505 - 226-0545 Telex: 061-1004 CAMPINAS Rua Gen. Osório, 971

2º and. s/23 CEP 13100 Tel.: (DDD 0192) 31-8347 Telex: 019-1015 CURITIBA Av. Silva Jardim,

1.928 CEP 80000 Tel. (DDD 041) 244-1712 - 244-4263 243-5356 Telex: 041-5268 PORTO

ALEGRE Rua Gen. Andrade Neves, 100 12º and. CEP 90000 Tel. (DDD 0512) 26-0978 26-0755

26-0686 Telex: 051-1103 RECIFE Rua Bispo Cardoso Ayres, 131 CEP 50000 Tel.: (DDD 081)

222-0101 222-1492 Telex: 081-1268 RIO DE JANEIRO Rua da Quitanda, 3 - Gr. 801/805 e

901/905 CEP 20011 Tel.: (DDD 021) 222-9995 Telex: 021-23260 SALVADOR Travessa da Ajuda, L.

9º and. s/903 a 907 CEP 40000 Tel.: (DDD 071) 243-6305 - 243-5605 243-5070 Telex: 071-1206

SANTOS Av. Cons. Nébias, 607 CEP 11100 Tel.: (DDD 0132) 34-4655 - 34-8141 Telex: 013-1143